

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

LUÍSA ROCHA CARDOSO DOS SANTOS

A Geografia Urbana Brasileira: um olhar sobre livros didáticos

São Paulo

2018

LUÍSA ROCHA CARDOSO DOS SANTOS

A Geografia Urbana Brasileira: um olhar sobre livros didáticos

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Profa. Dra. Isabel Alvarez

São Paulo

2018

Agradecimentos

À professora Isabel que tanto me apoiou no desenvolvimento deste trabalho, ouviu minhas angústias e me incentivou a juntar duas paixões descobertas nestes seis anos de faculdade: a cidade e a educação.

Ao professor Donizete que, na 6ª série, despertou meu interesse pela Geografia e a todos os professores e professoras que me formaram e me apresentaram diversas formas de ver o mundo. Especialmente, àqueles que hoje são meus colegas e que ainda me formam.

À todos os amigos e amigas que eu fiz durante esses anos, em particular à Paixão, Raquel, Rafa, Sofia, Aline e Pepê, que escutaram as minhas incertezas, reclamações e compartilharam os momentos de felicidade.

À minha família, à minha avó Celita e ao Tito que, de maneira direta ou não, me fizeram seguir o caminho da educação. Aos meus pais, Ana e Ricardo, que desde os meus 13 anos apoiaram o meu desejo de fazer Geografia e que, nesses tantos anos, me deram todo o suporte necessário e, ainda, revisaram diversas vezes esse TGI. À Clarinha, que aguentou meus momentos de ansiedade e que me fez e me faz rir.

“ Esse texto é uma homenagem aos nossos educadores. [...]. Muitos que fazem da profissão um sacerdócio porque acreditam na possibilidade de uma construção de uma sociedade justa e fraterna a partir da Escola. Muitos que lutam contra setores da sociedade e principalmente contra governantes insensíveis, defendendo a valorização do Ensino Público. Todos educadores têm, sem dúvida alguma, um pouco de Mané Pessoa: professor, ativista social e cultural, amigo e, principalmente, um cidadão impregnado de esperança”.

Resumo

SANTOS, Luísa Rocha. C. dos. **A Geografia Urbana Brasileira**: um olhar sobre os livros didáticos. 2018. 54 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

A proposta deste trabalho é analisar como a Geografia Urbana é apresentada nos livros didáticos, quais conteúdos urbanos estão presentes e como são apresentados aos alunos do 7o. ano do Ensino Fundamental II. Para tanto enfocamos os capítulos sobre urbanização brasileira presentes nos dois livros escolhidos a partir dos PNLD de 2017 que estão na lista dos mais vendidos para esta série. A geografia escolar, especialmente neste período do ensino, tem como objetivo auxiliar na formação dos alunos como cidadãos, apresentando e analisando o mundo em que vivem. Desta forma, na tarefa de formar um estudante crítico e reflexivo, como a cidade é ensinada? Essa foi a pergunta que orientou a pesquisa. Na análise deste material é possível perceber que as contradições da produção do espaço urbano brasileiro e as desigualdades consequentes deste processo não estão presentes, de modo que os conteúdos da realidade e os conceitos são apresentados como tivessem uma definição única, já estabelecida e uníssona, não demonstrando o processo de sua produção.

Palavras-chave: Livro Didático – Geografia Urbana – Ciência Geográfica

Abstract

This work aims at analyzing how Urban Geography is presented in the textbooks, what urban contents are present and how they are presented to the students of the 7th grade of *Ensino Fundamental II*. In that, we focus on the chapters about Brazilian urbanization comprehended in two books chosen from the PNLD of 2017 included in the list of best sellers for the 7th grade. School geography, especially in this period of education, focuses on the development of students-citizens, showcasing and analyzing the world in which they live in. However, in the task of instructing a critical and reflective student, how is the city being taught? That was the question which guided this research. Analyzing the material, it is possible to observe that the contradictions of the production of Brazilian urban space and the consequent inequalities of this process are not covered, therefore, the reality contents and concepts are bestowed as if they had a single, established and unified definition, thus, disregarding the process of its production.

Lista de Figuras

Figura 1 - Índice do Livro Expedições Geográficas	12
Figura 2 - Imagem que retrata a transformação urbana de São Paulo	14
Figura 3 - Mapa da hierarquia urbana brasileira e as áreas de influência das cidades	18
Figura 4 - Índice do Livro Geografia – Homem e Espaço	20
Figura 5 - Imagem que demonstra a interação campo-cidade	22
Figura 6 - Imagem que demonstra a diferença do modo de consumo	24
Figura 7 - Hierarquia urbana e área de influência das cidades	28

Lista de Siglas

BNCC Base Nacional Comum Curricular

PNLD Plano Nacional do Livro e Material Didático

Sumário

Introdução	10
Capítulo I - Uma incursão nos livros didáticos	13
I.1. Livro: Expedições geográficas – 7º ano do Ensino Fundamental II	13
II.2. Livro: Geografia - Homem e espaço. – 7º Ano – Ensino Fundamental II	21
Capítulo II - Os conteúdos urbanos pela Ciência Geográfica	30
II.1. A cidade e o urbano	30
II.2 A urbanização brasileira	32
II.3. As metrópoles brasileiras e suas contradições.....	34
II.4. A hierarquia urbana pela ciência geográfica	40
Capítulo III - O livro didático <i>aquém</i> da Ciência Geográfica	43
III.1. Análise do livro Expedições Geográficas (autores: Melhem Adas e Sergio Adas)	43
III.2. Análise do livro: Geografia – Homem e Espaço (Autores: Elian Lucci e Anselmo Lázaro)	45
III.3. O livro didático <i>aquém</i> ou a quem da Ciência Geográfica.....	47
Considerações finais	50
Referências bibliográficas	52

Introdução

Num mundo onde dois terços da população vivem em áreas urbanas e em um país – o Brasil – onde a grande maioria da população vive nas cidades, torna-se imprescindível o estudo e a pesquisa sobre este tema. A Geografia tem a cidade e os seus conteúdos como temas centrais. Diversos autores estudam sua origem, sua história, seu desenvolvimento e sua realidade atual, demonstrando suas contradições, seus problemas e sua formação. A chamada geografia urbana é então uma área complexa da ciência geográfica que procura explicar como a realidade das cidades se deu e se dá.

Mas esses conteúdos não devem ser de conhecimento apenas dos geógrafos, pois, como já mencionado, grande parte dos brasileiros estão inseridos na realidade urbana e aprender sobre o seu próprio cotidiano, sobre seu bairro, sobre sua cidade e sobre o seu país, se faz necessário para compreender a sociedade em que se vive. O momento dessa aprendizagem acontece principalmente na escola, onde o indivíduo tem o primeiro contato com uma leitura do mundo que não seja a sua. Assim, a Geografia escolar contribui para a construção da identidade dos alunos e, também, para o entendimento deles sobre a sociedade e, principalmente, Estudar Geografia na escola é então

Entender os processos que engendram a vida humana no espaço e no tempo. É ter idéia da postura ideológica e política que se assume, pensando as relações que são estabelecidas com os outros, com o conhecimento, com os objetos. No que tange ao estudo da cidade e à vida na cidade, especialmente, trata-se de compreender os ideais implícitos ao modo de sua organização social e espacial e aprender sobre as maneiras possíveis de, nela, intervir e transformar. (BADO, 2009, pp.26)

O desafio será então explorar os conteúdos da cidade dentro das escolas. Para isso, um dos recursos mais importantes dos professores e que é usado como guia ou como apoio para o ensino é o Livro Didático. O presente trabalho busca então fazer uma análise sobre como a geografia urbana aparece nesses livros, quais os conteúdos urbanos presentes e de que maneira são apresentados, focando em dois deles, ambos do Ensino Fundamental II. Entendemos que a análise desse material poderia nos ajudar a compreender como as cidades, suas contradições e processos são retratadas aos alunos e se, apenas por esses textos, eles conseguem ter um pequeno conhecimento sobre a sua realidade.

Este tema perpassa diversos livros desta fase do ensino. Porém, por buscar entender como os alunos tem o conhecimento sobre o seu entorno e sobre o seu país, foram escolhidos livros do 7º ano pois

No 7º ano, os objetos de conhecimento abordados partem da formação territorial do Brasil, sua dinâmica sociocultural, econômica e política. Objetiva-se o aprofundamento e a compreensão dos conceitos de Estado-nação e formação territorial, e também dos que envolvem a dinâmica físico-natural, sempre articulados às ações humanas no uso do território. Espera-se que os alunos compreendam e relacionem as possíveis conexões existentes entre os componentes físico-naturais e as múltiplas escalas de análise, como também entendam o processo socioespacial da formação territorial do Brasil e analisem as transformações no federalismo brasileiro e os usos desiguais do território. (BNCC, 2017, p. 380)¹

Assim, os capítulos trabalhados nesses livros são aqueles que se referem à urbanização brasileira. Os dois livros didáticos utilizados são: **Expedições Geográficas**² de Melhem Adas e Sérgio Adas, 2ª edição e **Geografia – Homem e Espaço**³ de Anselmo Lázaro Branco e Elian Lucci. Ambos estão entre os cinco livros de geografia mais vendidos no Brasil e contam com autores tradicionais e reconhecidos no campo da geografia do livro didático.

Para expor o movimento da pesquisa, o presente trabalho é composto por três capítulos:

O primeiro consiste na apresentação dos dois livros didáticos citados, isto é, um pequeno resumo do que está presente nestes livros sobre a urbanização brasileira.

Em seguida, há o capítulo de fundamentação teórica, no qual se faz presente a discussão da Ciência Geográfica acerca dos temas abordados no capítulo anterior. Vale destacar que este trabalho tem como base teórica a Geografia Crítica,

¹ BNCC – Base Nacional Comum Curricular: “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (BNCC, 2017, pp.7)

² ADAS, Melhem; ADAS, Sergio. **Expedições Geográficas**/ 7º ano. 2ª Edição – São Paulo: Moderna, 2015

³ BRANCO, Anselmo; LUCCHI, Elian. **Geografia: homem e espaço**/ 7º ano. 24ª edição – São Paulo: Saraiva, 2015

principalmente daquela presente na Universidade de São Paulo com autores que estudam o desenvolvimento capitalista da sociedade e a produção do espaço.

O terceiro compreende uma análise dos conteúdos elucidados pelos livros didáticos, tendo como base a Geografia Urbana Acadêmica, para que, assim, as a Geografia Escolar e a Acadêmica sejam confrontadas em busca de semelhanças e, principalmente, de diferenças entre elas.

As considerações finais se configuram por trazer o resultado dessa análise e comparação entre as Geografias. Nessa parte evidencia-se a importância do papel do professor para a formação de um estudante crítico e pensante.

Capítulo I - Uma incursão nos livros didáticos

Este capítulo tem como objetivo expor como a Geografia Urbana é apresentada para os alunos de Ensino Fundamental II através dos livros didáticos. Optou-se por duas Obras/publicações - **Expedições Geográficas e Geografia – Homem e Espaço** por dois motivos principais: ambos os livros estão entre os mais vendidos e são considerados tradicionais – no sentido de serem utilizados há bastante tempo – e porque possuem linhas metodológicas diferentes.

I.1. Livro: Expedições geográficas – 7º ano do Ensino Fundamental II

Autores: Melhem Adas e Sérgio Adas

Este livro é composto por partes denominadas *Expedições*, que são divididas em capítulos, intitulados de *Percursos* e estes em subitens.

Figura 1. Índice do Livro Expedições Geográficas

Brasil: da sociedade agrária para a urbano-industrial, 76	
Percorso 9. A urbanização brasileira	78
O que é urbanização?, 78 • Brasil: taxas de urbanização regionais e estaduais, 78 • Brasil: urbanização tardia, mas acelerada, 79	
• Causas da urbanização no Brasil, 80 • O processo de urbanização, 81	
Estação História – Cidades brasileiras e Patrimônios da Humanidade	83
Percorso 10. Rede, hierarquia e problemas urbanos	84
A rede urbana, 84 • As categorias e funções urbanas, 84 • A hierarquia urbana, 85 • A conurbação, 86 • As Regiões Metropolitanas, 86	
• A megalópole em formação, 88 • Movimentos sociais urbanos, 89	

Fonte: ADAS, Melhem; ADAS, Sergio, 2016, pp.9

Segundo o PNLD⁴ de 2017,

Na organização e apresentação dos conteúdos, para a compreensão dos conceitos, verifica-se que a coleção segue um padrão. Inicialmente, partem de uma pequena apresentação teórica, propondo abstrações compatíveis com o desenvolvimento dos alunos, possibilitadas pela adequação da linguagem ao ano escolar em curso. Em seguida são apresentadas outras linguagens e gêneros textuais (expostos como forma de imagem ou charge por exemplo), com a finalidade de estabelecer conexões com o texto escrito. (PNLD, 2017, P.86)

⁴ PNLD – Programa Nacional do Livro Didático. “O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.”

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 27/11/2018

O tema cidade aparece na Expedição 3 que tem o seguinte título: *Brasil: da sociedade agrária para a urbano-industrial*, no *Percurso 9: A urbanização brasileira* e no *Percurso 10: Rede, hierarquia e problemas urbanos*.

Para introduzir esta expedição existem duas imagens: uma de uma passeata do Movimento Sem Terra e outra de uma Manifestação na Praça de República pedindo o fim da corrupção, ambas de 2013.

O objetivo deste capítulo é mostrar a origem da urbanização brasileira, como ela se deu efetivamente e, para isso, além do texto, traz imagens e mapas que retratam tal processo.

Percurso 9: A urbanização Brasileira

- A urbanização brasileira

O item começa com uma constatação: a sociedade está se urbanizando, isto é, a população urbana está superando a população rural. Em seguida, é apresentado o conceito de urbanização: *“processo demográfico caracterizado pela concentração da população nas cidades”* (ADAS, 2018 pp. 78). Este processo é diferenciado de crescimento urbano definido como o aumento da área das cidades.

- Brasil: taxas de urbanização regionais e estaduais

Neste item são apresentadas a taxa da população urbana de cada região e de cada estado brasileiro. As taxas de população rural e urbana por região são apresentadas em uma tabela enquanto a taxa de urbanização por estado é elucidada por um mapa de 2013.

- Brasil: urbanização tardia, mas acelerada

A urbanização acontece em épocas diferentes dependendo dos países. Os que participaram da Primeira Revolução Industrial no século XVIII, como a Inglaterra, se urbanizaram antes. Já o Brasil, teve um processo de urbanização tardia, que se iniciou na década de 1950, com a industrialização do Sudeste, que somada com o êxodo rural, resultou, em 1970, que a população urbana superasse a rural.

Para ilustrar esse processo são apresentadas duas fotos da Avenida Paulista em São Paulo, uma de 1952 e outra de 2014 – Figura 2-.

Figura 2. Imagem que retrata a transformação urbana de São Paulo

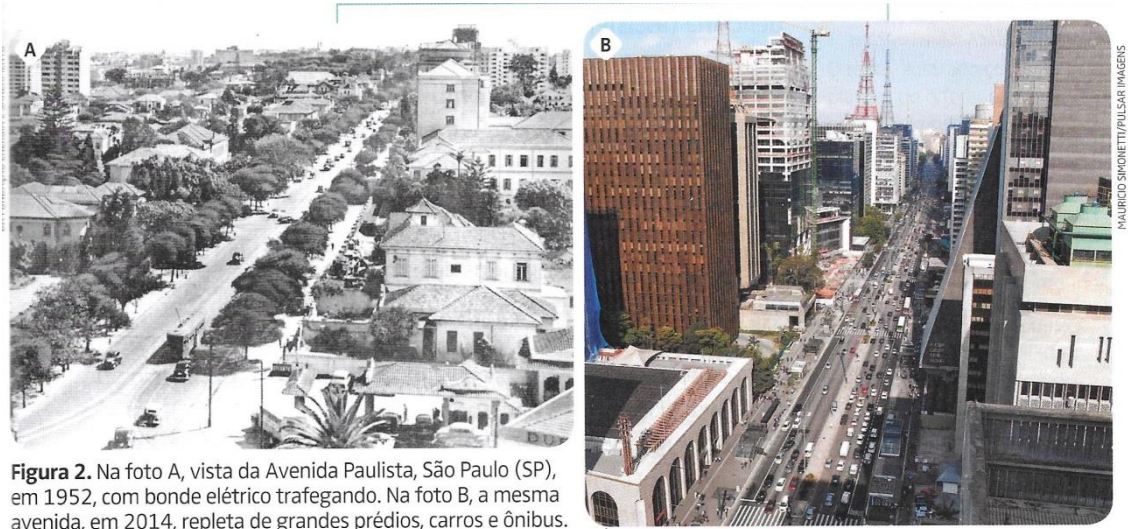


Figura 2. Na foto A, vista da Avenida Paulista, São Paulo (SP), em 1952, com bonde elétrico trafegando. Na foto B, a mesma avenida, em 2014, repleta de grandes prédios, carros e ônibus.

Fonte: ADAS, Melhem; ADAS, Sergio, 2015, pp.79)

- Causas da urbanização

Neste item, os autores apresentam as causas da urbanização brasileira com os seguintes subitens:

- Industrialização

A indústria, por ser uma atividade econômica predominantemente urbana, atrai populações das zonas rurais que estão em busca de emprego.

- Problemas no campo

Os problemas no campo, elencados pelo texto, para justificar o êxodo rural são: os baixos salários, a assistência médica precária, as dificuldades dos trabalhadores de se tornarem proprietários para cultivar alimentos e fatores naturais, como a seca.

- Criação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR)

Primeiramente, o texto faz uma apresentação do que foi o ETR, criado em 1963 no governo de João Goulart e que consistia numa lei que regulamentou as relações de trabalho no campo, estabelecendo uma jornada de trabalho de no máximo oito horas, salário mínimo, férias obrigatórias, um repouso semanal, 13º salário e aviso prévio caso o trabalhador fosse demitido.

Essa legislação fez com que muitos proprietários rurais dispensassem seus trabalhadores pois *“não conseguiriam arcar com os encargos sociais”* e a

consequência disso, foi a migração destes trabalhadores dispensados para as cidades.

- Expansão dos serviços urbanos e aumento de empregos

Com o crescimento da população urbana, se faz necessário mais escolas, professores, hospitais, médicos, enfim, uma ampliação de infraestrutura. Consequentemente, o crescimento dos serviços urbanos amplia o mercado de trabalho e atrai a população rural que está em busca de emprego.

- A atração pelas cidades sobre a população rural

Com a chegada da televisão em 1950, o modo de vida urbana é visto e difundido em todo o país, atraindo os jovens que moravam no campo.

- O processo de urbanização

- Período colonial (1500 – 1822)

Este processo se inicia em alguns locais do litoral com a colonização portuguesa no Brasil. No século XVIII, devido à descoberta do ouro no interior do país, o surgimento de vilas e cidades das regiões atualmente denominadas Minas Gerais e Goiás é impulsionado. Em seguida, a extração das drogas do sertão somada com as missões religiosas promoveu assentamentos urbanos na Bacia Amazônica e no Golfão Maranhense.

- Período Imperial (1822 – 1889)

A expansão da cafeicultura causou a urbanização do Vale do Paraíba e seu avanço para o Planalto Paulista. Na direção do centro-oeste, ao longo do Rio Paraguai, no Mato Grosso, surgem núcleos urbanizados assim como desenvolvimento da economia da borracha na Região Amazônica, na segunda metade do século XIX, é a causa de certo desenvolvimento urbano na região.

- Brasil República (1889 – dias atuais)

No final do século XIX, a urbanização brasileira era menor do que 10%. A instalação das indústrias no Sudeste, na primeira metade do século XX, acarreta um surto de urbanização e, a partir de 1950/60, a população urbana cresce de forma realmente acelerada.

Após mostrar a origem da urbanização brasileira, neste próximo percurso, o 10, os autores definem conceitos do mundo urbano atual que serão descritos a seguir.

Percurso 10: Rede, hierarquia e problemas urbanos.

- A rede urbana

Para definir rede urbana, o texto começa revelando a grande importância que a cidade assumiu para as sociedades, sendo um centro de produção material, de prestação de serviços, das decisões políticas e econômicas, sede dos movimentos culturais e um local de *“produção de valores sociais e de mobilização de massas”*. (ADAS, ADAS, 2015, pp. 84)

As cidades aumentam, deste modo, sua influência sobre o campo pois tornam-se os centros de uma região distribuídas no espaço, formando uma rede urbana definida:

Conjunto de cidades que mantém entre si relações comerciais, financeiras, industriais, culturais, políticas, geralmente sob o comando de uma cidade que apresenta o mais desenvolvido e diversificado setor de prestações de serviços. (ADAS, 2015, pp.84)

- As categorias e funções urbanas

Neste item, os autores apresentam categorias que influenciam na posição da cidade dentro da rede urbana. A primeira é a dimensão, isto é, os diferentes tamanhos que as cidades possuem. Em seguida, eles introduzem a ideia de função urbana, ou seja, de que existem cidades que possuem funções urbanas definidas e outras que possuem funções múltiplas.

Por possuir funções múltiplas uma cidade se diferencia pelo desenvolvimento do setor terciário, possuindo ou não uma rede de serviços diversificada e complexa. As que possuem, exercem influência sobre outras cidades, espaços rurais e até sobre uma determinada região.

No final deste item há uma foto do Porto de Santos exemplificando aos alunos o conceito de função urbana.

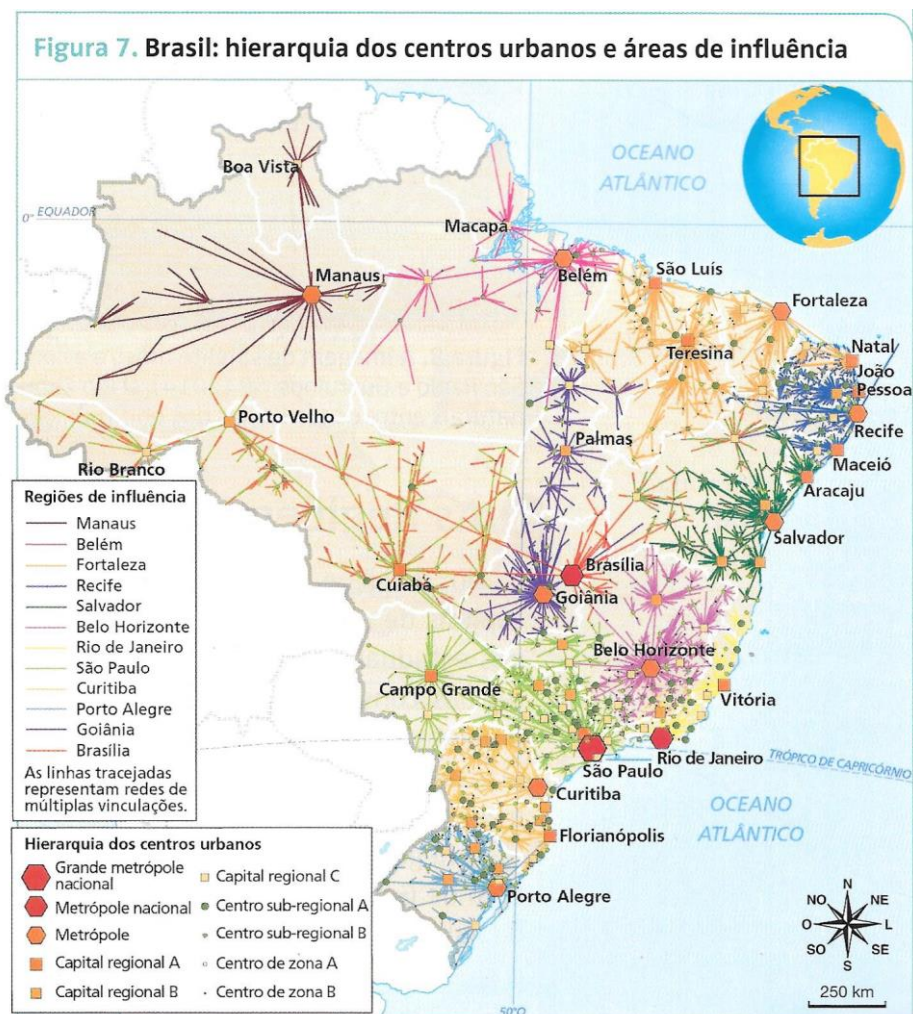
- A hierarquia urbana

Depois da apresentação dos conceitos anteriores, é introduzida ideia de hierarquia urbana definida de acordo com a atração e influência de uma cidade em relação à outra, dentro da rede urbana. Sendo, então, “*ordem e subordinação de cidades em relação às outras*” (ADAS, 2018, pp.85), pois à medida que uma cidade se desenvolve e amplia a oferta de serviços para atender às necessidades da população, cresce, também, sua importância e influência sobre o espaço geográfico regional, nacional e até mundial.

A rede urbana brasileira possui três categorias:

- Cidades pequenas que possuem bens de serviço de consumo frequente;
- Cidades médias que possuem bens e serviços de consumo menos frequentes;
- Cidades grandes que possuem bens e serviços diversificados e não habituais.

Figura 3. Mapa da hierarquia urbana brasileira e as áreas de influência das cidades



Fonte: ADAS, Melhem; ADAS, Sergio. 2015, pp 85

- **A conurbação**

Para introduzir este tema, os autores apresentam como o aumento populacional das cidades, dado pelo crescimento natural combinado com as migrações, amplifica a necessidade de novas habitações que se encontram no entorno da cidade, através do loteamento de chácaras, sítios e fazendas. Assim, o espaço entre as cidades é ocupado por construções.

A conurbação (do latim conubiub – casamento) é definida, então, como a unificação da área urbana de duas ou mais cidades.

Em seguida, existe uma imagem de satélite mostrando a conurbação da cidade de São Paulo com a de Guarulhos.

- As regiões metropolitanas

Para introduzir esse item, os autores assumem o fato de que no Brasil, ocorre a conurbação das capitais com as cidades vizinhas, o que levou os governos estaduais a criarem Regiões Metropolitanas, que são definidas como *“regiões constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, com objetivo de integrar as administrações municipais e possibilitar a implantação de políticas públicas de interesse comum.”* (ADAS, 2018, pp. 86)

A Região Metropolitana de São Paulo tinha uma população de 20 milhões de pessoas em 2014, correspondendo à 10% da população brasileira e sendo a maior aglomeração do país.

No final deste item existem duas imagens: um mapa brasileiro de Regiões Metropolitanas de 2011 e uma imagem da Região Metropolitana de São Paulo.

Nesta parte há uma indicação de site: Viva Favela (www.vivafavela.com.br) alimentado por jornalistas e correspondentes comunitários, moradores capacitados para atuar como repórteres e fotógrafos que mostra as notícias das favelas do Rio de Janeiro.

- A megalópole em formação

Neste item os autores apresentam a megalópole brasileira. Como o próprio nome já revela, trata-se de uma grande cidade, uma aglomeração urbana formada por cidades de vários tamanhos, incluindo metrópoles cujos limites se confundem pela conurbação. Existem diversas delas em países como os Estados Unidos, Japão e Alemanha. No Brasil, existe a possível formação de uma entre a Grande São Paulo e o Rio de Janeiro.

Duas imagens são inseridas para ilustrar tal afirmação: um mapa do eixo Rio-São Paulo em 2010, mostrando as cidades que existem nele e uma imagem de satélite deste eixo para que os estudantes consigam ver a ocupação.

- Movimentos sociais urbanos

Este percurso termina com três parágrafos sobre os movimentos sociais urbanos definidos pelos autores como *“mobilizações organizadas de pessoas para defender determinadas ideias, direitos coletivos ou da comunidade”* (ADAS, 2018, pp.

88) e complementam “*não se limitam a movimentos de despossuídos ou excluídos socialmente pois a melhoria das condições de vida interessa também àqueles com maior rendimento.*”(ADAS, 2018, pp. 88)

As causas elencadas pelos autores destes movimentos são: ambientais, contra a violência, assistência de crianças em situações de risco, ensino público de qualidade, de aposentados, de associações de moradores de bairro que reivindicam serviços públicos e saneamento básico, de associação de moradores de favelas que clamam a urbanização e regulamentação de seus locais de moradia e de sem-teto que lutam pelo direito de habitação ou moradia.

Para exemplificar estes movimentos, existem duas imagens, a primeira de julho de 2013, com as pessoas contra corrupção e a segunda uma manifestação do MTST, como parte da campanha “Copa sem povo, tô na rua de novo”.

II.2. Livro: Geografia - Homem e espaço. – 7º Ano – Ensino Fundamental II

Autores: Anselmo Branco e Elian Lucci.

Este livro é dividido em grandes **Unidades**, que são divididas em **capítulos** e estes em itens principais.

Figura 4. Índice do Livro Geografia – Homem e Espaço



The image shows a page from a textbook index. At the top, the title 'BRASIL: URBANIZAÇÃO E DINÂMICA POPULACIONAL, 80' is written in blue capital letters. Below it, a horizontal line separates the title from the chapter list. The chapter list is titled 'Capítulo 7: A urbanização brasileira, 82' in bold. Under this, four items are listed: 'A urbanização, 83', 'Metrópoles e cidades globais, 87', and 'Rede urbana, 88'.

BRASIL: URBANIZAÇÃO E DINÂMICA POPULACIONAL, 80	
Capítulo 7: A urbanização brasileira, 82	
	A urbanização, 83
	Metrópoles e cidades globais, 87
	Rede urbana, 88

Fonte: BRANCO, Anselmo; LUCCI, Elian. 2015, pp.8

A coleção apresenta um conjunto de textos, imagens, atividades de ensino e seções especiais que abordam temáticas voltadas à Formação Cidadã dos alunos, possibilitando-lhes estabelecer avaliações, tomar decisões e atuar criticamente frente às questões culturais, econômicas e técnico-científicas da sociedade contemporânea. (PNLD, 2017pp. 98)

O tema da urbanização aparece na *Unidade III: Brasil: urbanização e dinâmica populacional*. É introduzido por duas imagens; uma foto atual da cidade de São Paulo - da ponte estaiada, os prédios do centro financeiro e da Marginal Pinheiros e, a

segunda é uma reprodução do quadro Os operários (1933) da pintora Tarsila Amaral. Os autores então afirmam que a população brasileira é maior que 200 milhões de habitantes, sendo a 5ª maior do mundo e a 2ª maior da América e que mais de 80% dessa população encontra-se em áreas urbanas.

A seguir, são feitas diversas perguntas para que o aluno reflita sobre sua própria realidade como, por exemplo, se o município no qual ele habita existe uma paisagem semelhante à de São Paulo e sobre quais elementos do quadro permite perceber a diversidade da população paulista e o processo de industrialização que a cidade passava no início do século XX.

Capítulo 7 – A urbanização brasileira

O capítulo começa com um item “*Para contextualizar*” onde é apresentado um gráfico do crescimento populacional de algumas capitais do Brasil em relação ao crescimento total do país, comparando os períodos de 1970-80 com 1980- 95 e, em seguida, sugere uma atividade de interpretação desse gráfico.

- A urbanização

Este item explica o processo de urbanização brasileiro, para introduzir o tema há outro gráfico da população rural e urbana brasileira de 1950, 1970 e 2010.

Os autores iniciam colocando que em 1950 a população passou a viver nas cidades, o que os autores mencionam como uma das características da urbanização: “*o ritmo de crescimento maior da população urbana em relação à população rural e o crescimento das cidades*” (LUCCI, BRANCO, 2015, pp.83). No caso brasileiro, a urbanização se dá em decorrência do deslocamento da população do campo para as cidades, entre 1950 e 1960 devido ao processo de industrialização e modernização da economia, que fizeram com que o setor secundário e terciário passasse a concentrar a maior parte da População Economicamente Ativa.

A partir da década de 1940 o número de cidades aumentou consideravelmente devido ao forte crescimento populacional e, como consequência, houve a ampliação das áreas que estas ocupavam para a construção de moradias, ruas, avenidas e infraestrutura urbana.

Urbanização é definido como a extensão de uma série de características de vida urbana para além dos limites da cidade, sendo essas a mecanização das atividades agrícolas, a instalação das agroindústrias, o uso de equipamentos no campo, instalações de práticas de lazer rural e de infraestrutura urbana no campo, como água encanada, telefone, pavimentação, esgoto e energia elétrica. Os autores mencionam que, atualmente, uma série de fatores contribuem para a forte integração entre o campo e as cidades, as telecomunicações é um destes, pois praticamente todos os habitantes, sejam eles rurais ou urbanos têm acesso à mesma rede de informações.

A consequência disso, é a relação de interdependência do espaço rural com o urbano, pois o campo necessita dos produtos e serviços da cidade e vice-versa. Porém, existem diferenças entre as atividades que ocorrem em cada um dos lugares, sendo que o espaço rural é predominantemente o espaço das atividades primárias e as cidades concentram as atividades secundárias e terciárias.

Para terminar este item há a imagem de uma plantação e um agricultor com um computador, revelando o grau de integração campo-cidade – Figura 5-.

Figura 5. Imagem que demonstra a interação campo-cidade



Figura 2. A renda, e consequentemente o acesso a bens e às novas tecnologias, é o que define o grau de integração em nossa sociedade. Uma pessoa que mora em uma chácara no interior, mas possui automóvel, dinheiro para viajar e tem acesso a computador, *modem*, telefone e internet, está mais integrada que outra pessoa que vive no centro da cidade, por exemplo, mas em moradia precária, e não tem acesso a todos esses bens e serviços. Na fotografia, agricultor utiliza computador no campo, em Londrina (PR), 2015.

Fonte: BRANCO, Anselmo; LUCCI, Elian, 2015, pp.84

- O êxodo rural e a urbanização

Em meados do século XX dois processos ocorriam concomitantemente: no campo crescia o número de propriedades rurais combinado com a mecanização agrícola fazendo com que muitos trabalhadores ficassem desempregados e, a intensificação da industrialização aumentava a oferta de empregos e o número de cidades.

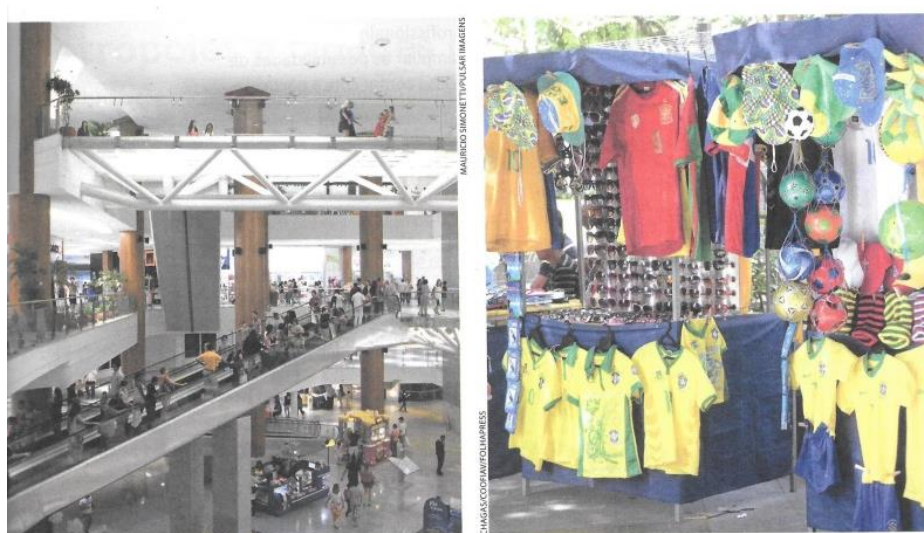
Assim, a população do campo via na cidade oportunidades de trabalho e melhores condições de vida pela disponibilidade de recursos - como escolas, hospitais, transporte- e maior acesso aos bens de consumo. A consequência disso foi um intenso deslocamento da população do campo para as cidades num curto período de tempo, definido como êxodo rural. Os autores terminam esse parágrafo com uma questão: será que essa promessa de uma vida melhor se concretizou?

A maioria da população que migrou do campo não tinha a formação necessária para os trabalhos oferecidos na cidade e, quando conseguiam emprego, eram mal remunerados. Somado a isto, o inchaço das cidades não era acompanhado pelas obras de infraestrutura que ofereceriam qualidade de vida para todos.

Essa intensificação no processo de modernização da economia e da sociedade brasileira foi desigual e marcado pela concentração de riqueza nas mãos de poucas pessoas, o que dificulta a igualdade de condições de vida entre as camadas sociais, tanto urbanas como rurais. O processo de urbanização segue essa lógica. *“No espaço urbano estão presentes fortes desigualdades e contrastes sociais, o que pode ser constatado ao observarmos a maneira como as pessoas moram, compram, se alimentam, estudam, cuidam da saúde e se divertem.” (LUCCI, BRANCO, 2015 , pp.84)*

Este item termina com duas imagens retratando a diferença mencionada acima: a foto de um shopping em Salvador, destinado à camada mais rica da população e, a segunda, de um camelô na mesma cidade, evidenciando a diferença do modo de compra das diferentes camadas sociais.

Figura 6. Imagem que demonstra a diferença do modo de consumo.



Figuras 3 e 4. Vista interna de shopping center em Salvador (BA), 2011, e barracas de camelôs na mesma cidade, em 2014. As características dos espaços de venda de mercadorias podem revelar as desigualdades socioeconômicas das cidades. Essas desigualdades podem ser encontradas tanto nos países desenvolvidos como nos países subdesenvolvidos, mas sobretudo nestes.

Fonte: BRANCO, Anselmo; LUCCI, Elian, 2015, pp. 85

- O crescimento das cidades e o planejamento urbano

Neste item os autores apresentam como crescimento das cidades criou espaços desiguais.

Inicialmente afirmam que a expansão das cidades não seguiu um planejamento, que os grandes números dos terrenos da periferia são provenientes de loteamentos clandestinos, ocupados pela população mais carente que vê essas áreas como a única possibilidade de se estabelecer. Assim, os bairros periféricos têm equipamentos de lazer e atividades culturais deficientes, havendo também a carência de equipamentos públicos e meios de transporte. Consequentemente são espaços de pobreza.

A falta de moradia afeta também a população rural, mas na cidade o problema é maior, e se dá pela combinação dos seguintes fatores: um processo intenso de urbanização combinado com a má distribuição de renda e com a falta de investimentos públicos em moradias o que gera o aumento das favelas no país. Estas estão presentes tanto nas grandes cidades quanto em pequenos municípios e se localizam em áreas de mananciais, barrancos e áreas de risco, sendo caracterizadas por não possuírem infraestrutura básica, evidenciando a desigualdade econômica da qual é resultado.

Os autores constataam que

A favela precisa ser integrada à cidade. No entanto, não basta pavimentar ruas e implementar redes de energia e saneamento. É necessário implantar projetos para valorizar o esporte, a cultura, a educação, melhorar os índices de alfabetização e escolaridade, qualificar profissionalmente os jovens e promover sua inserção no mercado de trabalho, ampliar as possibilidades de lazer. (LUCCI, BRANCO, 2015, pp.86)

No final deste item há uma tabela com as maiores favelas brasileiras e uma foto do complexo da favela da Rocinha localizada na cidade do Rio de Janeiro.

- Estatuto da cidade

Para tentar organizar o espaço urbano e sua expansão acelerada, foi criado o Estatuto da Cidade, que é o conjunto de leis que visa garantir maior efetividade do Plano Diretor Municipal (que é um sistema de planejamento e gestão implantados em municípios com mais de 20 mil habitantes). Para tanto reúne vários instrumentos que possibilitam o município formular, implementar e avaliar sua própria política urbana.

O objetivo é uma cidade justa e de qualidade para todos, garantindo o direito à moradia, pois, de acordo com a lei, imóveis vazios ou abandonados tem que exercer uma função social: moradias para aqueles que não tem casa.

Para ser eficiente é preciso implantar o que está na lei e melhorar se necessário pois só assim os problemas observados na cidade poderão ser resolvidos e amenizados.

- Metrôpoles e cidades globais

A urbanização brasileira é marcada por um processo de metropolização e essa não é uma característica nossa apenas, mas de muitos países subdesenvolvidos, onde a atividade econômica se concentra em áreas específicas.

A metrópole é definida pelos autores como o centro de comando da economia e da política, das atividades culturais e específicas. É a cidade mais importante do país ou da região onde se concentram os principais empreendimentos comerciais e financeiros e o principal elo com o exterior.

Em 1990, as metrópoles se tornaram cidades globais, com centros articulados com os principais polos econômicos mundiais e com os centros econômicos do próprio país. Os exemplos dados são: São Paulo, Tóquio, Nova York, Londres.

Nessa parte, os autores introduzem a ideia da megalópole brasileira, expondo a mancha urbana entre São Paulo e Rio de Janeiro, com diversos espaços de conturbação e são as áreas mais densamente urbanizadas do país, possuindo 25% da população brasileira e 60% da produção comercial e industrial. Para ilustrar isso há um mapa da megalópole Rio – São Paulo.

Existe uma caixa ao lado com as definições de Megalópole e Conurbação: sendo a primeira, um imenso aglomerado urbano formado pela junção de duas ou mais metrópoles, incluindo outros municípios e cidades médias e a junção de área urbana de dois ou mais municípios, onde há um inter-relacionamento entre eles.

- Problemas sociais urbanos

A formação das grandes cidades brasileiras teve um caráter concentrador e excludente do processo de desenvolvimento do país gerando graves problemas sociais:

- Violência: a taxa de homicídios cresceu muito entre o fim do século XX e começo do XXI
- Precariedade nos serviços públicos: equipamentos urbanos deficitários
- Desemprego: aumenta a informalidade
- Trânsito: os congestionamentos causam prejuízos ambientais, financeiros e qualidade de vida e a solução seria um bom sistema de transporte público.

- Problemas ambientais urbanos

Os problemas não se concentram apenas nas cidades, mas não agravados pela intensa concentração de atividades e de transformação urbano:

- Poluição atmosférica: veículos e indústrias que queimam combustíveis fósseis, agravado pela ausência ou escassez de áreas verdes
- Poluição das águas: lança resíduo de dejetos domésticos e industriais no rio
- Poluição sonora e visual: ruído dos veículos e pelas propagandas.

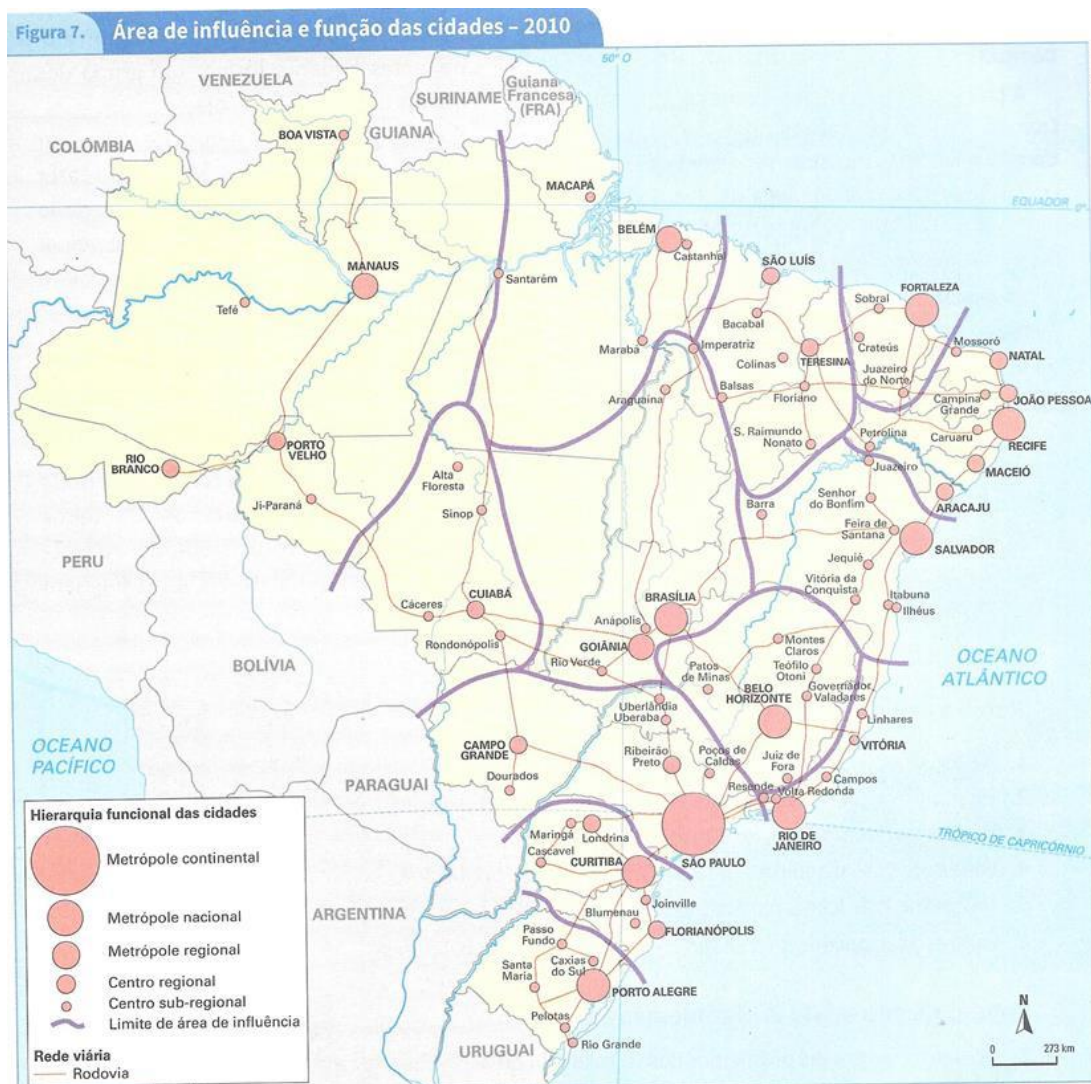
- Rede urbana

No processo de urbanização há a formação de uma estrutura integrada de cidades e centros urbanos, interligados por meio de sistemas de transporte e de comunicação, mantendo um fluxo constante de serviços, informações, capital e pessoas. A rede urbana é constituída por cidades de diversos tamanhos e existe uma classificação hierárquica com relação à influência que uns municípios exercem sobre outros no comércio, saúde, educação e lazer, nessa lógica, as cidades menores têm dependência das cidades maiores e mais desenvolvidos economicamente.

Quanto mais eficientes os sistemas de transportes e comunicação, maior a integração em uma rede, caracterizando o nível de desenvolvimento de um país.

Para finalizar este tema há um mapa da área de influência e função das cidades do ano de 2010 e algumas perguntas de interpretação deste. Neste mapa, a legenda tem como título “a hierarquia funcional das cidades” e as categorias são: Metrópole continental, Metrópole nacional, Metrópole regional, Centro regional, e entro sub-regional. A primeira pergunta pede para o aluno identificar a metrópole continental brasileira, a segunda para que liste as metrópoles nacionais e a terceira pergunta pede para o aluno localizar o estado onde mora e descobrir qual a hierarquia funcional da capital do estado.

Figura 7. Hierarquia urbana e área de influência das cidades



Fonte: BRANCO, Anselmo; LUCCI, Elian. 2015. pp. 85

Os livros didáticos apresentados no presente capítulo serão analisados no terceiro capítulo, o qual confrontará estes temas e conteúdos com o pensamento da Ciência Geográfica que será elucidado no capítulo a seguir.

Capítulo II - Os conteúdos urbanos pela Ciência Geográfica

O objetivo deste capítulo é apresentar como a ciência geográfica estuda os temas a cidade e o urbano - o processo de urbanização brasileira, os seus resultados e contradições- na tentativa de compreender o porquê e como estes são tratados nos livros didáticos. Cabe reiterar que aqui será apresentado parte do conhecimento produzido pelo que vem sendo denominado de geografia urbana crítica.

II.1. A cidade e o urbano

As cidades existem há muito tempo no mundo. O urbano, contudo, não. Este segundo é a principal consequência do processo de industrialização, pois o crescimento da produção econômica produziu este fenômeno qualitativo – a urbanização - que é uma realidade ainda em formação, um processo não concluído, em desenvolvimento. (Lefebvre, 1972)

Segundo Seabra (2011) para compreender esta transformação da cidade é necessário entender as mudanças dos modos de vida. Investigar como o modo de produção altera a forma da cidade, gerando uma forma urbana na qual a formação econômica e social capitalista penetra na sociedade, tendo como consequência uma maior diversificação e concentração de atividades e, principalmente, de riqueza. A cidade então *“espelha os conteúdos próprios do movimento da formação social na qual ela se insere.”* (SEABRA, 2011, PP.62)

A cidade, preexiste então à urbanização, esteve presente na era agrária e na industrial e foi uma criação humana, sendo obra, por excelência. Ela é um objeto espacial, que ocupa um espaço diferente do espaço rural e a relação entre estes dois espaços dependem da relação de produção vigente no momento. Assim, a cidade é a mediação entre o campo que a circunda e a sociedade no seu conjunto e, por isso é o local onde as contradições desta se manifestam. (Lefebvre, 1972)

Antes do modo de urbanização e de construção do espaço da cidade atual, existia a cidade arcaica, a oriental e a medieval. Enquanto as duas primeiras eram essencialmente políticas, a arcaica ligada à posse de escravos e a segunda ao modo de produção asiático, a cidade medieval era comercial, artesanal, bancária e integrava as mercadorias que antes ficavam para fora dos muros. A cidade torna-se, assim, centro da vida social, política, do conhecimento e das técnicas, sendo denominada e

funcionando como *obra*. A cidade como obra é aquela, seguindo com Lefebvre, que se faz o uso das praças, edifícios, ruas e monumentos sem vantagem além do uso, estes espaços são consumidos improdutivamente, sem a busca pelo lucro. Ela é produzida para o corpo, vivida pelo homem através de todos os seus sentidos, é obra de todos para cada um. (CARLOS, 2005).

Sendo assim, é espaço organizado e instituído, modelado e apropriado por um grupo segundo a sua ideologia e deve ser estudada através dos seus monumentos e do emprego do tempo que eles implicam para os cidadãos, pois o valor de uso define o emprego do tempo nas cidades antigas. Nestas cidades, o valor de troca ainda não se apoderou das modalidades do uso e por isso elas permanecem obras. (LEFEBVRE, 1972)

Segundo Lefebvre (1972), a indústria surge como uma “não cidade”, pois foram implantadas em locais que existiam produtos que a beneficiavam, como fontes de energia, matéria-prima e força de trabalho. Assim, ela dissolve as antigas cidades, pois faz com que elas cresçam desordenadamente e que as características antigas se percam.

Com a indústria tem-se a generalização da troca e do mundo da mercadoria, que são seus produtos. O uso e o valor de uso quase desaparecem inteiramente, não persistindo senão como exigência do consumo de mercadorias, desaparecendo quase inteiramente lado qualitativo do uso. Com tal generalização da troca, o solo tornou-se mercadoria; o espaço indispensável para vida cotidiana, se vende e se compra. (Lefebvre, 1972, pp. 83)

Este processo é dialético, pois ao mesmo tempo em que a cidade é negada pela industrialização, a sua restituição é feita numa escala muito maior, a realidade dela não desaparece, mas se generaliza e então, a sociedade inteira torna-se urbana, pois as relações de produção se estendem, integrando a agricultura e a realidade urbana. Este movimento ocorre e gera novos conflitos como o surgimento de centro de decisões que são concentradores de riqueza e informação e o “estilhaçamento” das cidades antigas causando a segregação e a dissolução das relações sociais. Assim, a centralidade implode e explode. (LEFEBVRE, 1972)

Seabra (2011), ainda complementa, afirmando que a reprodução da riqueza, dentro do modo capitalista de produção, é base para a reprodução também das desigualdades da sociedade. Como no urbano, a cidade é essencial para o desenvolvimento do capital e o espaço, com seu valor de troca, é produtor e reproduzidor

de valorização e riqueza, essa desigualdade própria e fundamento deste modelo é a principal causa para a segregação socioespacial.

Notadamente, a segregação, a constituição de espaços periféricos e pobres permitindo a reprodução das relações de produção (que são relações de classe, essa segregação constitui uma negação teórica e prática do urbano, mas, enquanto tal, ela o revela. (Lefebvre, pp.68, 1972)

Milton Santos (1994), em A urbanização brasileira afirma que a desigualdade e a pobreza gerada e fundada nas cidades não dependem apenas do modo de produção:

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes as periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial. (SANTOS, 1994, pp.10)

O urbano seria então a materialização de uma nova divisão do trabalho e de um novo modo de produção e a produção da cidade neste é marcada por contradições. O urbano não precisa estar necessariamente na cidade, ou na quantidade de população que se encontra nela, mas num novo modo de vida, que ultrapassa a fronteira da cidade e chega também ao campo., absorvendo-o.

II.2 A urbanização brasileira

Neste item será abordada a urbanização brasileira através da visão da ciência geográfica. Para isso, autores como Milton Santos, Odete Seabra, Glória Alves e Ana Fani contribuíram como base para compreensão deste processo.

O surgimento das cidades brasileiras precede à industrialização. Desde o início da colonização, algumas vilas ou núcleos já existiam. O período chamado de Urbanização pretérita, segundo Milton Santos (1994), que se estende até 1720 terá a formação de 63 vilas e 8 cidades. O século XVIII foi marcado por um pequeno desenvolvimento das cidades, principalmente pelo fato dos grandes fazendeiros morarem ali e não mais em suas propriedades. Além disso, até o século XX a expansão da agricultura e a exploração de minérios foram a base para o povoamento e criação de riqueza, gerando o surgimento de cidades no litoral e no interior do país.

Entre o fim do período colonial e o século XIX, o índice de urbanização cresceu muito pouco. Porém, foi a partir das primeiras décadas do século XX que este se desenvolveu. Isso porque, até meados de 1800 o Brasil era como um arquipélago

econômico que envolvia a existência de cidades, onde cada uma se desenvolvia independentemente, foi só com o advento do café que essas relações se tornaram mais dinâmicas. Além disso, a partir das décadas de 1920, 1940 a taxa de urbanização triplicou o que se deve, principalmente, ao início da industrialização no país. (SANTOS, 1994)

Milton Santos (1994) faz uma periodização da industrialização brasileira: a partir de 1930 existe a impulsão da industrialização por parte do Estado e o mercado interno ganha destaque, assim as novas indústrias terão para quem vender. Entre 1940 e 1950, a industrialização deixa de ser somente uma transformação do modelo econômico brasileiro, deixando de ser agrário, e passa a ser processo social complexo, transformando o território e impulsionando, agora efetivamente, o processo de urbanização.

A explicação do processo de urbanização pela industrialização é, segundo Seabra (2011), uma abordagem clássica que se baseia na formação de uma força de trabalho, o operariado, concomitantemente a estruturação do mercado urbano de produtos: trabalho, moradia e, também, da elaboração do espaço das cidades e seus bairros. No começo deste processo ocorre a associação entre trabalho e moradia que somado com a as migrações vindas do campo servem como base econômica para o desenvolvimento da indústria. Além disso, a concentração de riqueza nas cidades se deve, inicialmente, às elites agrárias que ali residem, que cedem espaço para as elites modernas ligadas a indústrias e aos serviços públicos. (SEABRA, 2011).

No caso de São Paulo, a transição da “cidade de taipas” do final do século XIX para a “cidade de tijolos” no início do século XX tem como fundamento o café, que gera a riqueza para que a industrialização seja “efetuada”, as ferrovias, os bondes e, finalmente, a especulação imobiliária do centro das cidades e, principalmente, causa a destruição de antigas edificações, a expulsão da população mais pobre que ali vivia e o loteamento de chácaras em áreas mais afastadas. (DAMIANI, 2004). Assim, esta primeira fase da industrialização já foi marcada pela formação da periferia.

Além disso, a urbanização avança sobre o campo. Isso porque, a agricultura acaba por se tornar um ramo da indústria com a formação de grandes complexos industriais e a população que antes residia no campo passa a migrar para as frentes

de expansão do capital, onde encontrariam um emprego. Estas frentes de expansão estão localizadas, principalmente, nas grandes cidades. (SEABRA, 2011)

É neste momento que fica evidente no Brasil a expansão do urbano, com o crescimento das cidades e do tecido urbano. Quando a indústria é inserida nas cidades, estas passam a ter um novo sentido na história, possuindo novas funções que serão consequência da produção e reprodução capitalista da sociedade.

Nessa transformação, o espaço, além de ter valor de uso, passa a ser constituído como mercadoria, sobretudo após a Lei de Terras de 1850⁵, tornando-se possibilidade de geração de capital, dependendo de sua localização e de sua inserção no contexto da cidade. Nas décadas seguintes, especialmente, depois da segunda metade do século XX, existe um projeto do Estado de descentralização industrial, isto é, de elas serem implantadas no interior do país.

Na segunda metade do século XIX, o processo de urbanização atinge um novo estágio. Como dito antes, este processo é contínuo e é, na formação das metrópoles – principalmente considerando o período atual - que irá se perceber as contradições e os resultados dessa produção da cidade.

A partir dos anos 70, o processo de urbanização alcança um novo patamar, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do ponto de vista qualitativo. Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica dos anos 50, tivemos, primeiro a urbanização aglomerada, com o aumento do número – e da população respectiva- dos núcleos de mais de 20.000 habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermediário, para alcançarmos depois, o estágio de metropolização, com o argumento considerável de cidades milionárias e de grandes cidades médias (SANTOS, 1994, pp.69)

II.3. As metrópoles brasileiras e suas contradições

A ciência geográfica foge da definição simplista acerca do conceito de metrópole, não as tratando então somente como uma consequência do processo de urbanização, ou baseada em somente uma questão quantitativa. Para compreender a constituição dessa, requer que se entenda o modelo econômico vigente, o papel do Estado para a produção e localização dos espaços e como os problemas urbanos

⁵ A Lei de Terras - nº 601 de 18 de setembro de 1850 – foi a primeira lei a organizar a propriedade privada no Brasil. Foi sancionada por D. Pedro II e determina os padrões posse e comercialização de terras. Assim, a compra era a única forma de obtenção de um lote.

atuais são consequência de todo este processo, isso porque a metropolização é uma dimensão fundamental do processo de urbanização da sociedade.

O primeiro ponto que se deve mencionar sobre o tema é a questão do tempo. A metrópole é marcada pela simultaneidade de acontecimentos e processos, por um tempo acelerado, tendo um ritmo intenso que dita o ritmo da vida, nela existe uma constante aceleração do emprego do tempo. Assim, ela é percebida por quem nela reside de forma caótica tanto pelo espaço construído como por essa cadência extremamente acelerada.

Vale ressaltar também, que as cidades e as metrópoles são formações sócio históricas, portanto, segundo Seabra (2011) elas são acumulação desigual de tempos. Isso significa que elas são marcadas pela metamorfose das formas. No caso paulistano, diversas estruturas industriais e ainda mais antigas, da época que a cidade funcionava como entreposto comercial, permanecem no espaço urbano, mas que, atualmente são identificados como bairros em “desindustrialização”, que têm seu uso modificado, essa transformação está associada a processos de valorização do espaço, assentados nos projetos chamados de requalificação ou renovação urbana. Outros espaços acabam por adquirir novas funções, na urbanização contemporânea, a tecnologia acaba por adaptá-los funcionalmente, segundo as necessidades gerais dessa urbanização, garantindo então a reprodução social. (SEABRA, 2011). Os tempos-espaços da vida são fragmentados e hierarquizados, de modo que a vida na metrópole é atomizada.

Neste processo de formação da metrópole se altera também a relação entre os indivíduos pois os pontos de encontro são eliminados, os lugares de festa, antigas referências, – como mencionado anteriormente- vão perdendo o sentido, destruindo então a memória social e fragmentando o espaço. Sendo assim, sob a ideologia do progresso, do desenvolvimento, sobretudo o econômico, o sujeito acaba se perdendo e quase desaparecendo, pois, os espaços produzidos não tem mais como finalidade ou objetivo solucionar problemas ou necessidades dele, mas o objetivo final será a reprodução do capital. Ademais, com o avanço da modernidade, os monumentos ou os espaços que tinham valor de uso, tornam-se produtos, o uso social da cidade se esvai e estes produtos ou obras passam a ter valor econômico, preço. Assim, a metrópole é marcada por um distanciamento entre produção das obras e a

apropriação delas. Na metrópole, a contradição entre a produção socializada do espaço e sua apropriação privada, se aprofunda. A principal consequência deste processo será então até estranhamento dos cidadãos com a metrópole que habitam (CARLOS, 1999) e a alienação em relação à produção do espaço.

A produção do espaço e o seu uso será determinado por duas dimensões contraditórias da reprodução social capitalista. O primeiro seria o dos interesses do capital, que tem como finalidade a sua reprodução através da valorização e o lado o da sociedade como um todo, que espera por condições melhores de vida. O efeito disso, como os interesses e as necessidades dos indivíduos são contraditórios, será uma competição para apropriação e a determinação de uso de um determinado espaço. (CARLOS, 1999)

Aqui se explicita um dos conteúdos urbanos que não é citado nos livros didáticos, mas que é amplamente discutido pela ciência geográfica: a contradição entre apropriação e produção do espaço.

A metrópole é a expressão máxima da realização do ciclo do capital. Assim, as condições de acesso ao solo urbano são determinadas pelo valor que define sua utilização, pois os espaços de reprodução da vida se articulam à propriedade privada. Essa dinâmica faz com que as áreas já ocupadas sejam redistribuídas, com o deslocamento das atividades e dos habitantes, e incorpora novas áreas que terão diferentes valores no espaço urbano o que gerará a concentração de atividades e de riqueza em determinados pontos do território pois esta acumulação é assegurada por uma rede de circulação que agilize e garanta a realização deste ciclo.

A sociedade capitalista se ergue sob fundamentos desiguais, opondo capital e trabalho o que gera, necessariamente, uma desigualdade nas formas de uso e apropriação da cidade. Assim, o território estará dividido em espaços que possuem funções produtivas, que não são capital em si, mas que implicam na possibilidade de capitalização, e os que não possuem por destinarem-se às habitações e ao uso público. (SEABRA, 2011) A consequência disto na paisagem urbana é a desigualdade socioespacial, pois, como esta é baseada na produção do espaço, que, novamente, é contraditória, a valorização do capital já pressupõe a produção e reprodução da cidade como condição e meio de sua realização. Assim, a efetuação da vida neste processo será paradoxal pois o espaço é produzido socialmente, mas sua apropriação é privada

e seu uso se subordina ao valor de troca. (ALVAREZ, 2013). Seguindo esta lógica, quem não tiver a possibilidade de pagar pela utilização de determinados espaços ou localidades estará excluído, segregado ou até à margem das cidades.

Damiani (2004), cunha um novo termo que se aplica à essa situação e à urbanização contemporânea, considerando os limites de inserção no mercado de trabalho da força de trabalho existente nas grandes cidades como, também, a propriedade de terra capitalizada como fundamento e base para o desenvolvimento da cidade, o que sustenta os negócios urbanos para chegar à este novo conceito ou modo de definição de urbanização brasileira. A autora a define como *crítica*, isto é, não existe urbano para todos, há a negação, a impossibilidade do urbano alcançar, ou melhor, ser alcançado por todos os habitantes da cidade.

O mundo das massas despossuídas é a urbanização crítica. O mundo de uma economia que se realiza criticamente é a urbanização crítica. O urbano como centralidade de culturas, festa, desejos, encontros, necessidades, que é negado, é a urbanização crítica. O mundo do dinheiro, da equivalência, que, nos seus fundamentos e subterrâneos, move-se como relações de não equivalência, de exploração do trabalho, de expropriação de meios de vida e de produção, de embate entre as formas do dinheiro – a do dinheiro como medida de valor e como meio de circulação, sintetizadas na forma do dinheiro como capital – é **urbanização crítica**. A tábua rasa da história, o seu varrer, a produção da obsolescência precoce dos produtos vários, incluindo a cidade, para afirmar novos produtos é a urbanização crítica. (DAMIANI, pp.30, 2004)

Se o urbano não está posto para todos os habitantes da cidade e se a produção do espaço da metrópole é baseada na contradição, no conflito e na desigualdade, o resultado será, necessariamente, a segregação socioespacial. Esta segregação aparece na morfologia desigual das habitações presentes nas cidades, na dificuldade ou impossibilidade de acesso à centralidade urbana – ou ao próprio urbano – ou, até, na impossibilidade da permanência na cidade em si. (Alvarez, 2013)

Ademais, a segregação socioespacial não é somente a separação e nem está apenas nos bairros periféricos, ainda que ela fique mais evidente nesses espaços. Segundo Alves (2013),

É também associada a estas a privação ou a dificuldade de mobilidade física pela cidade, que muitas vezes resulta em imobilidade social, impossibilidade de acesso a bens de serviços e sociais, bem como à empregabilidade, diante do fato de que o planejamento estatal associado às ações de iniciativa privada tenta garantir a reprodução do capital, e sua concentração e centralidades que são hierarquizadas no espaço urbano. (ALVES, 2013, pp. 194)

Contudo, é na periferia que a maioria da população pobre está localizada por ser o único local que eles têm condição de arcar com o custo. Assim, o espraiamento da periferia que caracterizou o fenômeno de periurbanização na metrópole corresponde à uma *“urbanização sem indústria, mas também sem cidade”* (SEABRA, 2011, PP.60). Isso ocorre, pois, as habitações desta camada da população se localizam nos terrenos de menos valorizados, que são áreas com carência ou inexistência de infraestrutura, junto às indústrias, às várzeas ou até mesmo nos morros. As favelas, na maioria das vezes se localizam em terras da prefeitura ou nas que não se sabe a quem pertencem. Nesses locais a força de trabalho se aglomera, com as suas famílias e estando cada vez mais distantes dos locais de trabalho. (CARLOS, 1999)

A paisagem urbana refletirá, portanto, a segregação espacial e as contradições que são fruto da distribuição de renda desigual estabelecida no processo de produção. Assim, a segregação é consequência dos processos gerais de reprodução do capital, que é marcado por contradições. Esses disparates incluem os momentos de valorização e desvalorização pois essas ocasiões servem de base para novos investimentos. Dessa forma, a produção do espaço urbano aparece como possibilidade de reinvestimento do capital (ALVAREZ, 2013)

No entanto, não se pode pensar neste processo como espontâneo, como natural na e pela ocupação da cidade:

O acirramento das contradições urbanas, fruto do crescimento rápido, no qual o Estado se coloca a serviço da reprodução ampliada do capital é um fato incontestável. O espaço urbano se reproduz, reproduzindo a segregação, fruto do privilégio conferido a uma parcela da sociedade brasileira (CARLOS, 1999, pp.89)

Este pequeno grupo dominante no mercado é quem exerce, portanto, o papel de controle do território, produzindo-o e consumindo-o, transformando seletivamente os lugares, tornando alguns mais valorizados em detrimento de outros; os bairros residenciais entram nessa lógica. Num primeiro momento, é feita a implantação diferencial de serviços coletivos, o que faz com a cidade econômica sobreponha a cidade social. Assim, as terras urbanas aparecem como promessa de lucro, justificada pela demanda crescente. O território passa a ser então o fator dominante do jogo econômico e base para a operação de todos os outros atores que são favoráveis às corporações e depende do mercado combinado com a vontade política.

O Estado tem, portanto, papel chave neste modelo, pois é ele quem decide onde instalará a infraestrutura e onde fará investimentos, sendo o criador da escassez do espaço, gerando a especulação e fomentando a produção de espaços vazios. Ele se torna também incapaz de resolver o problema da habitação, empurrando a maioria da população para as periferias.

Para legitimar esta ação – do Estado produtor de segregação-, principalmente quando pensada a urbanização atual, na qual o Estado atua fazendo remoção de favelas, desapropriação de moradores de locais de interesse do mercado e grandes projetos de transformação de espaço, especialmente dos centros das grandes cidades, surge o urbanismo como base técnica para todas estas alterações. Este discurso é o mediador necessário para transformar o que já foi produzido em um novo momento de reprodução do capital, pois ele permite uma maior integração entre o capital financeiro, o imobiliário e a produção de uma “nova cidade” e, este processo de reprodução que permeia todo o desenvolvimento, desde a expropriação até a revalorização, é uma das bases para a segregação. (ALVAREZ, 2013)

Nesse sentido, a hipótese que se coloca é a de que o urbanismo, ao buscar a eficiência e a garantia de funcionamento da cidade, almeja contemplar os usos produtivos, aqueles para os quais e através dos quais o valor pode ser produzido e realizado, minimizando as possíveis barreiras para esta circulação, qual seja as que contemplem a apropriação pelos corpos, pela arte, pela politização. Evidentemente, o Estado possui o monopólio da violência, da coação e do território e, com isto, disciplina o uso da cidade. Mas o urbanismo confere a esta possibilidade o discurso técnico e as soluções que delimitam os usos e justifica a segregação, ocultando interesses econômicos e a razão dominadora do Estado (ALVAREZ, 2013, pp.118)

Deste modo, o urbanismo se transforma em um facilitador para que haja um domínio quase que absoluto do mercado sobre a cidade, para concretizar a cidade e todo o espaço urbano como valor de troca, direcionando seletivamente os investimentos.

Portanto, a urbanização existirá para alguns e não para todos e a segregação será fundamento desta reprodução do espaço e a única forma disso ser revertido será se a necessidade do urbano universal for colocada de forma radical. Isto é, a da produção de um mundo, ou melhor, do espaço em que seja possível o urbano para todos e, para isso, é necessário enfrentar a propriedade privada e a sua capitalização e somente os movimentos sociais poderão fazer isso, fazendo com que a urbanização seja dependente da ação social e política e da luta de classes. (DAMIANI, 2004)

II.4. A hierarquia urbana pela ciência geográfica

Um dos temas mais recorrentes nos livros didáticos é a conceituação e apresentação da hierarquia urbana. Na última parte deste capítulo, serão feitas algumas considerações sobre este conceito.

É sabido que a urbanização brasileira ocorreu em tempos diferentes quando pensado o país como de maneira geral. Isso porque o desenvolvimento do capitalismo tem como fundamento as diferenças espaciais, sociais e econômicas, a partir da divisão social do trabalho que se projeta no espaço como uma divisão territorial do trabalho, gerando um desenvolvimento desigual das cidades e regiões brasileiras. Santos (1994), afirma que onde a divisão do trabalho é menos densa há um acúmulo de funções numa mesma cidade, fazendo com que as localidades de mesmo nível sejam mais distantes uma das outras. Isso faz com que a rede urbana seja cada vez mais diferenciada, cada vez mais complexa.

Porém, pode-se dizer que há uma tradição nos estudos geográficos em tratar as diferenças espaciais como hierarquia urbana, o que de um lado revela uma preocupação com a compreensão destas diferenças, mas de outro acaba tornando-se uma maneira de padronizar essas diferenças. Segundo Damiani (2006),

Tradicionalmente, a Geografia reconheceu essas diferenças espaciais enquanto hierarquias urbanas a partir das quais se estabelecia um feixe diversificado e, ao mesmo tempo, composto de relações cuja potência e raio de influência variavam segundo o tamanho dos centros urbanos. Chegou-se a ter como paradigma de desenvolvimento desejável um modelo hierárquico equilibrado, que envolveria uma rede urbana com cidades de diferentes tamanhos, com funções e relações mutuamente atuantes. (DAMIANI, 2006, pp.135)

Segundo esta determinação de hierarquia urbana, cada cidade, possuindo tamanho e função diferente, possuía um raio de influência e assim, uma rede urbana equilibrada, onde cada uma – pequena, média ou grande – exerceria sua influência determinada e o país ou região acabaria por se desenvolver. (Damiani, 2006)

Porém, o desenvolvimento das cidades não segue este modelo de hierarquia urbana, obviamente, e a partir da década de 1970, nos países subdesenvolvidos – sendo o Brasil um exemplo – pois não haviam cidades médias; de um lado estavam as grandes cidades incapazes de absorver a quantidade de mão de obra que ali chegava e de outro as cidades pequenas que eram a fronteira entre o rural e o urbano e absorviam pouco o processo de modernização. Além disso, com a globalização, nas

décadas seguintes, a possibilidade de uma maior interação entre as cidades de todas as dimensões rompe com as hierarquias restritas.

Vale lembrar que o urbano se torna um modo de vida e assim, há a generalização deste modo de vida moderno. O processo de reprodução capitalista e a urbanização não se realiza, no entanto, em todos os espaços igualmente – como já visto, ele tem como fundamento a reprodução desigual do espaço- ele próprio impõe as diferenças espaciais e temporais. Assim “*não se pode falar da existência do mais ou menos inserido numa dinâmica econômico-social, que se realiza de forma diferencial*”. (Damiani, 2006, pp.137). Essa ideia de Damiani questiona o estabelecimento de parâmetros quantitativos para o estabelecimento de uma hierarquia porque todos os espaços e cidades são fundamentais à reprodução social e do capital. Santos (1999) argumenta que cada cidade e seu campo são responsáveis por relações específicas, exclusivas das novas condições de realização da vida econômica e social e que assim, a simplificação no tratamento dessa questão necessitava ser superada.

Segundo Damiani (2006), e valendo-se de Harvey (2004), as cidades pequenas e médias devem ser concebidas sabendo que a atividade capitalista produz um desenvolvimento geográfico desigual quando existe a busca por mais lucros e, ao mesmo tempo, menos gastos. Ademais, não há desequilíbrio espacial, pois, o processo de acumulação é sempre expansionista; a localização espacial tem vantagem e este benefício é sempre produzido e o desenvolvimento da tecnologia altera as condições de espacialidade e da distância.

Portanto, estudar a hierarquia urbana de modo tão padronizado acaba por se tornar obsoleto

Há, pois, diferenciação extrema entre os tipos urbanos. Houve tempo em que se podia tratar a rede urbana como uma entidade onde as cidades se relacionavam segundo uma hierarquia de tamanho e funções. Esse tempo passou. Hoje, cada cidade é diferente da outra, não importa o seu tamanho, pois entre as metrópoles também há diferenças (SANTOS, 1999, pp.53)

A partir deste capítulo acerca da cidade e do urbano, de todo processo de urbanização e metropolização das cidades brasileiras e as suas contradições surge uma questão: apresentar a urbanização brasileira, apenas como o momento quando a população que reside na cidade é maior do que a população rural, não seria reduzir todo o processo à uma definição muito simplória?. Ademais, introduzir o tema da

hierarquia urbana aos alunos de forma tão positivista não seria trazer a geografia para quase uma ciência dura, onde existe uma fórmula para classificar cidades?

É necessário ser considerado a idade dos alunos que utilizarão este material - 7º ano do ensino fundamental - e sua maturidade para compreender um fenômeno e um processo tão complexo. Porém, quando se faz esta transposição de conteúdo, este conceito, tão emblemático da ciência geográfica acaba tornando-se demasiadamente simples e até naturalizado para que os alunos na ilusão de que compreenderam.

Capítulo III - O livro didático *aquém* da Ciência Geográfica

O presente capítulo compreende na análise do livro didático. Aqui serão confrontadas as visões e os conteúdos urbanos apresentados no primeiro, referente à esses materiais, e aqueles elucidados no segundo capítulo, baseados na Ciência Geográfica, com o objetivo de explorar as diferentes abordagens.

III.1. Análise do livro **Expedições Geográficas** (autores: Melhem Adas e Sergio Adas)

Este livro, publicado pela Editora Moderna, é um dos livros didáticos de Geografia mais vendidos, segundo o PNLD de 2017

A proposta da Coleção evidencia a articulação entre conceitos de lugar e de paisagem como condição para a compreensão de outros conceitos como região e território. Além disso, são apresentadas noções essenciais na sistematização cognitiva e do pensamento geográfico, buscando constituir elementos mediadores para fazer os alunos questionarem os territórios formalmente constituídos, sem desconsiderar sua participação no lugar de vivência. (PNLD, 2017 pp.86)

Os autores iniciam, portanto, o Percurso 9 que trata da urbanização brasileira com um panorama histórico da urbanização brasileira definindo o que é urbanização e elencando os motivos pelos quais ela ocorreu. Vale destacar que o livro fragmenta os conteúdos em itens, não expondo um texto contínuo no qual seja apresentado o processo como um todo, mas itens que fornecem apenas as principais informações. Neste percurso, além de apresentar os motivos da urbanização tardia brasileira, os autores trazem, também, as diferentes fases e cidades que foram geradas em cada uma delas, de forma breve, na tentativa que o estudante compreenda toda esta temática/ o processo.

Considerar apenas a leitura deste texto pode ter como consequência compreender a urbanização como a superação da população urbana sobre a rural e não como uma mudança no modo de vida da sociedade como um todo. Além disso, pelo modo como o conceito é apresentado fica a ideia de que este é um processo concluído e não que ainda está em andamento, como é defendido pela Ciência Geográfica.

No **Percurso** seguinte, são apresentados conceitos intrínsecos ao urbano, como as redes urbanas e hierarquia urbana, a conurbação, as regiões metropolitanas, a megalópole brasileira e os movimentos sociais urbanos. Este capítulo funciona,

como se cada conceito apresentado fosse consequência do anterior, apresentando sempre uma relação entre eles, mesmo que esta seja a utilização do nome dado ao conceito anterior – isto é, para explicar o surgimento das regiões metropolitanas, se faz uso do conceito de conurbação, pois o segundo depende do primeiro para existir. Além disso, nesta segunda parte de definições de conceitos, percebe-se uma geografia extremamente exata, pragmática e positivista, onde definem-se as cidades, dentro de uma rede urbana, da mesma forma que uma equação matemática, como se os conteúdos fossem fechados, únicos e universais. Em algum momento, o livro leva o aluno a pensar sobre a própria realidade urbana em que vive?

Porém, se pensada a realidade e a ciência geográfica, cabe aqui um apontamento: em momento algum aparecem as contradições das cidades brasileiras, a segregação espacial são quase como inexistentes para o leitor, as periferias e as favelas, que são a exclusão e desigualdade explicitadas na cidade, aparecem apenas como indicação de site para o aluno acessar e conhecer do que se tratam. Considerando somente o livro didático – como está sendo feito aqui neste trabalho – e não na sala de aula e no papel do professor, chega-se à conclusão de que os alunos não apreenderão parte importante da história da formação das cidades brasileiras e da realidade existente nelas. Tal situação torna-se ainda mais crítica quando o livro é adotado por escolas particulares destinadas às classes mais altas, onde a maioria dos alunos não tem contato com outras realidades que não sejam à deles e, portanto, o material didático sem estes conteúdos, apenas manterá este desconhecimento com outras partes da cidade e com quem a habita.

Para terminar a análise, é necessário dar atenção ao último tema: lutas sociais urbanas. Nesta parte, os autores abordam como a luta social é de interesse e de todas as camadas da população pois todas têm problemas para reivindicar e apenas nessa parte é citada a luta dos moradores de favela por melhores condições de vida e dos sem-teto por moradia e habitação, sem fornecer, contudo, uma explicação sobre estes temas para que o aluno entenda o que é a urbanização de favelas – que é mencionada- e, principalmente: o porquê uma grande parcela da população não tem moradia. A discussão sobre a propriedade privada, sobre a necessidade do Estado em subsidiar a moradia, sobre o direito a moradia, não é tratada.

Os alunos, a partir do texto, não compreenderão então que a existência e manutenção da segregação espacial, as favelas e bairros periféricos são características fundamentais da cidade contemporânea, pois a produção do espaço tem como base a produção capitalista e, como já apresentado no capítulo 3, esta produção será necessariamente desigual valorizando ou desvalorizando os espaços da cidade. Assim, o urbano, como visto no conceito de *urbanização crítica*, não será para todos, mas sim para quem tiver poder aquisitivo para ter acesso a ele e, seguindo somente o livro, os estudantes não terão esta visão.

Sem explicar essa desigualdade e este contraste presente nas cidades brasileiras, os alunos dependem que o professor faça isso em sala de aula para conhecer esta realidade, desenvolver empatia e até um pensamento crítico obre a cidade e a realidade em que vivem.

III.2. Análise do livro: **Geografia – Homem e Espaço** (Autores: Elian Lucci e Anselmo Lázaro)

Segundo o PNLD de 2017, este livro *“orienta-se pela concepção humanística de Geografia, busca valorizar as linguagens visual e Cartográfica, sempre procura estabelecer relações com o lugar do aluno”* (PNLD, 2017, pp.97) e, portanto, desde o momento de apresentação do tema, os autores buscam levar o assunto para um lugar conhecido pelos alunos para que possam estabelecer relações com a realidade que vivem.

Assim, metodologicamente, procura estabelecer relações entre as categorias de análise geográfica com a realidade vivida pelos alunos, valorizando os conhecimentos já construídos e os que estão em construção com os níveis de desenvolvimento cognitivo, contribuindo para a percepção de suas relações com o cotidiano. (PNLD, 2017, pp.97)

O capítulo sobre urbanização, como brevemente descrito acima, tem como objetivo que o aluno compreenda a realidade urbana, na qual vive mais 80% da população brasileira. Os itens que os autores separam já demonstra uma diferença ao livro analisado anteriormente. Em **Geografia Homem e Sociedade**, com essa concepção mais humanística, os conteúdos urbanos apresentados são menos exatos e mais fluídos.

O conceito de urbanização em si, não é tratado somente como uma população urbana maior que a rural, mas como um modo de vida, que é expandido para a

sociedade como um todo, não somente nas cidades, isso faz com que o aluno compreenda o porquê de o Brasil ser considerado um país urbano. Aqui, diferentemente do **Expedições Geográficas**, o urbano não é entendido de forma quantitativa, mas qualitativa, se aproximando do conceito dado pela Ciência Geográfica.

No livro, as contradições do espaço urbano são também evidenciadas pelos autores, demonstrando que no processo de urbanização, a cidade funciona como um “polo de atração”, pela promessa de melhora de vida, mas que muitas vezes esta melhora não se concretizava para os trabalhadores que vinham do campo, que muitas vezes não tinham a qualificação necessária para os trabalhos industriais ou no setor terciário. Assim, a ideia importante exposta no livro é a formação das cidades baseada na desigualdade econômica e assim, na diferença da vida dos ricos e pobres, no tipo de moradia, de acesso à serviços e até de consumo.

Vale destacar também os itens de Planejamento Urbano e Estatuto da Cidade: os autores se aprofundam na segregação, dizendo o quão é importante não só a urbanização de favelas, mas também a integração destas na cidade, isto é, que além de saneamento, energia elétrica e pavimentação das ruas é necessário um projeto que faça com que as pessoas que aí moram tenham acesso à educação, à cultura, enfim ao viver a cidade e não apenas ao sobreviver. Não discutindo, no entanto, a propriedade privada.

No segundo item mencionado no parágrafo anterior, *Estatuto da Cidade*, os autores explicam essa lei importante de forma simples, porém explicitando que sua principal função é garantir a moradia para todos os habitantes da cidade, expondo o que é o Plano Diretor e como ela é necessária para que tenhamos uma cidade mais justa e menos desigual. Estes dois itens trazem à tona temas que os alunos veem no seu dia a dia, mas que dificilmente são explicados a eles, fazendo com que eles comecem a entender, ou pelo menos sejam expostos, a complexidade das cidades brasileiras e contradições das suas formações.

Aqui é importante mencionar que apesar dessas duas leis serem extremamente importantes, os estudantes têm a compreensão, apenas pelo texto didático, que o único meio para que haja a justiça espacial, ou pelo menos a busca por uma cidade mais acessível a todos, seja através de legislações.

Para finalizar a análise deste livro, é importante mencionar que ele também traz os conteúdos positivistas e exatos mencionados anteriormente, eles entram de forma menos listada e mais explicado, como o processo de metropolização da urbanização que é comum em países subdesenvolvidos e também a hierarquia urbana e os conceitos de conurbação e de megalópole, demonstrando assim que é possível trazer as duas visões, a mais positivista e também uma mais humanística que aproximará o aluno da compreensão ou pelo menos do despertar do interesse de entender onde vive.

Os dois livros coincidem neste aspecto, de quantificar a importância das cidades e colocá-las em uma ordem de importância e hierárquica dentro de uma rede urbana. Contudo – como discutido no Capítulo 2 – este modo de estudar a rede urbana corresponderia à geografia tradicional que era bastante utilizada até a década de 1970. Além disso, considerando os mapas apresentados nos dois livros – que estão reproduzidos aqui nas páginas 18 e 28- as categorias da hierarquia urbana não são as mesmas, se o objetivo é categorizar as cidades e colocar cada uma em uma posição na rede urbana, para que o aluno entenda a importância de cada cidade, de modo tão exato, por que não seguir uma única classificação das cidades que fazem parte desta rede?

Pensando, assim, na realidade brasileira contemporânea, bastante diversa e complexa, talvez as cidades não se encaixem mais em definições tão restritas. Isto é, o motivo do nível de desenvolvimento e a posição ocupada nesta hierarquia pelas cidades não pode ser reduzida à quantidade de serviços e produtos disponíveis, mas sim, é preciso entender que as diferenças entre as cidades é resultado da reprodução capitalista.

III.3. O livro didático *aquém* ou a quem da Ciência Geográfica

O presente capítulo teve como objetivo analisar os livros didáticos relacionando-os com a Ciência Geográfica. Seu título - **O livro didático *aquém* da Ciência Geográfica** - pode ser interpretado de duas maneiras: a primeira diz respeito à uma referência a Geografia Escolar e a Geografia Urbana Acadêmica pelo uso do advérbio ***aquém*** e, a segunda, refere-se ao sujeito, ou melhor, ***à quem*** se destina o ensino da Geografia.

Se o objetivo desta disciplina na escola é a formação de um cidadão preparado para viver em sociedade, que faça uso dos seus direitos e deveres e não, necessariamente, a formação de geógrafos, o ensino de geografia deve, pode ou até consegue ser neutro?

Segundo o PNLD (2017)

Quanto mais olhares diversificados recorrem-se para entender o mundo, mais facilmente admitem-se as diferentes possibilidades de uma mesma ciência explicar o mundo em que vivemos. Nesse sentido, a escola precisa mostrar as diferenças, que são enormes, mas igualmente se posicionar contra as desigualdades. [...] . O consenso não é o objetivo, porém uma sociedade mais plural (nas leituras de mundo) e menos desigual socialmente. (PNLD, 2017, pp. 10)

Dessa forma, devemos buscar perspectivas diversas para compreender a realidade onde se vive numa outra direção do ensino de Geografia tradicional baseado numa geografia quantitativa e neutra, pensada como uma ciência do todo, que bastava descrever o lugar e o espaço para que o aluno “entendesse” o mundo.

A geografia crítica surge justamente na década de 1970 combatendo esta ideia e apontando outras direções. Baseada no materialismo histórico e numa análise crítica do desenvolvimento capitalista, principalmente na época do advento neoliberal no país, ela pretende mostrar como as contradições e as desigualdades são intrínsecas à produção do modelo econômico e assim, da produção do espaço. Esta discussão começou dentro da ciência geográfica e, aos poucos, é trazida para a Geografia Escolar. Quanto a isso, contudo, o PNLD faz uma crítica

Os limites dessa leitura que muito prioriza as relações de classe ou nas relações econômicas são anunciados por outras visões epistemológicas de Geografia. Uma das críticas é a supervalorização do ‘econômico’, colocando como secundárias as questões ligadas a outras variáveis, como por exemplo, raça/etnia, gênero, religião, cultura. Pode-se alertar para o risco de uma leitura dogmática do materialismo (“o capitalismo só tem mazelas, e o socialismo é a miragem a ser buscada”), ou para a falta de subjetividade. Não entanto, não se trata de negar a relevância do materialismo na busca da compreensão do caráter mutável e contraditório que constitui o espaço. (PNLD, 2017, pp.15)

É necessário destacar que esta é, efetivamente, uma abordagem apresentada pela ciência geográfica dentre muitas. Porém, apresentar as contradições do espaço e da cidade não é dogmatizar os alunos. Mostrar como a cidade é remodelada e até reconfigurada com a ascensão do valor de troca e do modelo capitalista, gerando as desigualdades e diferenças não se trata de uma doutrinação. *“É pela reflexão sobre o mundo vivido e sua complexidade em termos de organização socioespacial que se*

constrói um cidadão; um sujeito criticamente envolvido com o lugar que habita. ”
(BADO, 2009, pp. 32). Desta maneira, para formar um indivíduo pensante, crítico, curioso e, principalmente, inquieto com sociedade em que vive é necessário que este entenda os motivos dos processos e não os naturalize.

Considerações finais

A Ciência Geográfica, quando pensada em relação à geografia urbana, tem como objetivo elucidar os conflitos e contradições na produção capitalista da cidade e, conseqüentemente, na sociedade como um todo. Assim, quando o livro didático é analisado percebe-se que, apesar da geografia escolar ter como propósito a formação de cidadãos, este não faz o aluno pensar nos processos, suas contradições e no seu próprio cotidiano. Os livros didáticos analisados neste trabalho em relação ao tema da urbanização apenas naturalizam a formação da cidade e a produção do espaço.

A consequência será um estudante que não conhece a realidade que o rodeia e que acredita que todo o caos e os problemas das grandes cidades aconteceram de forma espontânea, natural, unicamente pela migração da zona rural ocasionando, assim, a ocupação das periferias.

Quando a metrópole e a geografia urbana são compreendidas desta maneira não se menciona que as contradições são necessárias para o desenvolvimento do capitalismo e então para o desenvolvimento urbano. Isso acarreta, então, que o Estado não seja identificado como um dos responsáveis pela valorização de lugares em detrimento de outros, pelo desenvolvimento e implantação de infraestrutura em localidades determinadas e enfim, pela permanência da segregação e da desigualdade.

A pergunta que se impõe aqui é: *como fazer para que os alunos compreendam essas contradições e obtenham um conhecimento mais aproximado com o da Ciência Geográfica, um conhecimento crítico e diferenciado?*

Isso só acontecerá através da palavra mediada e refletida na e pela atuação do professor ou professora de Geografia. Vale ressaltar aqui que em tempos de Escola sem Partido e de uma fiscalização do trabalho nas salas de aula do conhecimento dado, a posição, a palavra do professor se tornou ainda mais imprescindível. Somente ele ou ela é quem faz a mediação entre o livro didático e a realidade e, principalmente, entre o aluno e a sociedade que o cerca, apresentando condições de vida que eles não conhecem, locais pelos quais nunca passaram e, principalmente, fazendo-os entender estas e outras realidades que estão presentes na cidade em que habitam podendo levá-los então ao desejo de transformar essa sociedade ou buscar

por uma que seja mais justa e igualitária. O livro didático é um recurso que poderá auxiliar nesta compreensão, mas a liberdade do professor em trabalhar conteúdos e fazer o aluno pensar é essencial para a construção de um cidadão autônomo, crítico e reflexivo.

Referências bibliográficas

- ADAS, Melhem; ADAS, Sergio. **Expedições Geográficas/** 7º ano. 2ª Edição – São Paulo: Moderna, 2015
- ALVAREZ, Isabel Pinto. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: Vasconcelos, Pedro de Almeida; Corrêa, Roberto Lobato; Pintaui, Silvana Maria. (Org.) **A cidade contemporânea**, São Paulo: Contexto, 2013. P. 111-126.
- ALVES, Gloria da Anunciação. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: Vasconcelos, Pedro de Almeida; Corrêa, Roberto Lobato; Pintaui, Silvana Maria. (Org.) **A cidade contemporânea**, São Paulo: Contexto, 2013. P. 189 – 202
- BADO, Sandra Regina de Lima. **Desafios da geografia: a cidade como conteúdo escolar no ensino médio**. UFRGS/PPGEA, Porto Alegre, 2009. – p. 164
- BRANCO, Anselmo; LUCCI, Elian. **Geografia: homem e espaço/** 7º ano. 24ª edição – São Paulo: Sraiva, 2015
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/bncc> . Acesso em: 10 de nov. de 2018
- BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional do Livro e do Material Didático- Anos finais do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://www.fnede.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/guia-do-livro-didatico/item/8813-guia-pnld-2017> Acesso em: 10 de nov. de 2018.
- CARLOS, Ana Fani A. Apresentando a metrópole em sala de aula. In: Carlos, Ana Fani A. (Org.) **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999. P. 79 – 91
- CARLOS, Ana Fani A. O direito à cidade e a construção da metageografia. **Revista Cidades/** Grupo de Estudos Urbanos, Presidente Prudente, Vol.2, n4, 2005, p.221-247.
- DAMIANI, Amélia Luisa. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: Carlos, Ana Fani A.; Oliveira, Arioaldo Umbelino de (Org.) **Geografias de São Paulo: representação e crise da Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004. P 19 – 58

DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: **América Latina: cidade, campo e turismo**. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, São Paulo. 2006.

LEFEBVRE, Henri **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política**: El derecho a la ciudad, II. Barcelona: Ediciones península, 1972.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SEABRA, Odette Carvalho de L.. Da cidade à Metrópole. **Revista Geografares**, Vitória, n 9.p. 49 – 79, 2011.